

A TEORIA TROPOLÓGICA COMO FILOSOFIA FORMAL DA HISTÓRIA

Rômulo Iuri Martins Lima*

Resumo: Considerando a tipologia das filosofias da história de Jörn Rüsen na qual a filosofia formal da história age como um contraponto à filosofia do tipo material ao passo em que também proporciona o desenvolvimento do tipo funcional é nosso objetivo argumentar a teoria tropológica de Hayden White como um importante elemento constitutivo da filosofia formal da história do século 20 cuja relevância agrega novas possibilidades epistemológicas à história.

Palavras-chave: Hayden White; Teoria Tropológica; Filosofias da História.

THE TROPOLOGICAL THEORY AS A FORMAL PHILOSOPHY OF HISTORY

Abstract: Considering the Jörn Rüsen's typology of the philosophies of history in which the formal philosophy of history acts as a counterpoint to material-type philosophy while also providing functional type development it is our purpose to argue Hayden White's tropological theory as a an important constitutive element of the formal philosophy from the 20th century history whose relevance adds new epistemological possibilities to history.

Keywords: Hayden White; Tropological Theory; Philosophies of History.

Introdução.

No ensaio *Senso e contrassenso na História: reflexão sobre o perfil de uma filosofia da História* (2017), o alemão Jörn Rüsen⁵⁰ reorganiza uma classificação das filosofias da história obedecendo a três perfis: um tipo de filosofia que concatena com o caráter material e substantivo da história, outro modo de filosofia que enfatiza a primazia pela dimensão formal do discurso histórico e, por fim, uma filosofia que reordena de forma harmoniosa tanto as pretensões normativas do agir configurados pela filosofia material quanto às teorias da narrativa histórica, verificados pela filosofia formal, em um seguimento racional cuja inspiração funcional está atrelada a processos

*Licenciando em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Email: iurilima332@yahoo.com.br.

⁵⁰ Jörn Rüsen nasceu em 19 de outubro de 1938, em Diusburgo, Alemanha. Doutorou-se em 1966 com uma tese sobre o historiador oitocentista Johann Gustav Droysen. É, atualmente, um dos maiores pesquisadores dentro das temáticas relacionadas com “história da historiografia”, “teorias da história” e “ensino de história”; A partir do ano de 1985, Rüsen eventualmente leciona palestras em universidades brasileiras com predominância na UFG, UFPR, UnB e USP.

de rememoração e reinterpretação do campo de experiência humano visando fins práticos, ou seja, uma filosofia funcional da história.

Em seu parâmetro classificatório, Rüsen faz uma tímida referência ao historiador norte-americano Hayden White⁵¹ apontando sua principal obra *Meta-história* (datada originalmente de 1973) como um exemplo de que a filosofia formal da história transformou-se ao longo de sua trajetória se tornando uma teoria do discurso historiográfico⁵². Contudo, Rüsen não classifica esta transformação como algo essencialmente negativo, já que a filosofia formal é um passo importante para a instrumentalização prática da história, algo que, segundo Rüsen, só pode ser alcançado no curso do desenvolvimento das filosofias funcionais da história. Em outro ensaio, Rüsen chega a elencar a tipologia de White (contida da teoria tropológica deste) como a “mais elaborada tipologia da historiografia.” (RÜSEN apud MALERBA, 2006, p.127).

Há um relativo consenso entre os historiadores com respeito à obra do Hayden White, *Meta-história* como um dos marcos expressivos da virada linguística⁵³. Se tratando de um estudo pertinente à “história da historiografia”, White explorou a fundo as possibilidades de questionar se as representações historiográficas de fato concatenam

⁵¹ Nascido em Tennessee, nos EUA, 1928 e falecido em 2018, Hayden White doutorou-se em História em 1955 com uma tese sobre a cisma papal de 1130, mas foi no campo da teoria da história que ganhou visibilidade na academia principalmente a partir de polêmicos ensaios nos quais afirmava ser a história uma “ficção verbal” criada por historiadores. Apesar de ser amado por uns e detestado por outros, é inegável a contribuição de Hayden White para a tomada da consciência de que o filosofar sobre a história é uma função primordial de historiadores.

⁵² Podemos pressupor que a constatação de Rüsen é resultado de uma disposição comparativa da teoria do historiador oitocentista Johann Gustav Droysen, com a teoria de Hayden White. Enquanto Droysen (que, para Rüsen deu início a filosofia da história do tipo formal), na obra *Manual de Teoria da História* (2009), não atribui à narrativa historiográfica toda a primazia de uma proposta epistemológica, White enfatiza toda sua proposta a partir do discurso histórico, sendo este o centro das atribuições.

⁵³ A virada linguística, também chamada por alguns autores de giro linguístico (ou em inglês *linguistic turn*), pode ser definida, grosso modo, como uma mudança na concepção da relação entre linguagem e realidade. Sendo a primeira autônoma, isto é, dotada de um funcionamento autônomo em relação à realidade, que por sua vez, já não está mais acessível em si mesma, mas apenas através dos usos da linguagem. Nesse sentido, há uma instrumentalização da teoria do filósofo da linguagem Fernand de Saussure para o qual o signo seria a união de uma palavra (o significante) e a ideia ou objeto por ela representado (o significado) de forma que as palavras teriam conexão com outras palavras e não necessariamente com o mundo real dos objetos/das coisas. De acordo com Derrida, Foucault, Paul de Man, entre outros, a linguagem acústica, ou o significante, deixa de ser uma mera ferramenta de se conduzir o significado encontrado previamente ao seu uso, mas ela passa a ser em si mesma uma produtora de sentido à vida prática. A virada linguística é comumente datada a partir dos anos 1960 tendo seu auge nos anos 1970. Nos estudos históricos, os desdobramentos da virada linguística podem ser constatados em menor força até hoje nas produções intelectuais (destaque para a revista britânica *Rethinking History* que, eventualmente, promove ensaios fortemente influenciados por autores que instrumentalizaram a virada linguística em favor de suas concepções teóricas tais como Alun Munslow e Keith Jenkins).

com a pretensão de reconstruir o passado no plano narrativo além de identificar técnicas de linguagem comuns a historiadores e filósofos do século XIX a partir da premissa da consciência imaginativa histórica do mesmo século. Para Berbert Junior (2017, p. 278), *Meta-história* foi o grande responsável em fazer os historiadores saírem do “comodismo” da ideia de uma objetividade de suas produções cuja certeza empírica era supostamente assegurada pela metodologia ao tomarem consciência da importância que os aspectos racionais do discurso historiográfico conferem à produção de sentido histórico.

Nas obras que analisam Hayden White, é comum o norte-americano ser tratado como o que de fato é: um historiador teórico da história. Todavia, se considerarmos que a bibliografia anglófona emprega “filosofia da história” no mesmo sentido que a lusófona emprega “teoria da história” e ainda sinalizarmos que os termos teoria e filosofia são intercambiáveis se aplicarmos “filosofia” em seu sentido mais genérico, então podemos tratar White como o que ele *também* é: um filósofo da história. Sua filosofia é combativa aos pressupostos empiristas da plena concatenação entre palavras e mundo e sua proposta epistemológica é revestida de uma proposital incompletude que se mostra positiva para o historiador. Mas, afinal, do que se trata *Meta-história* e porque sua teoria tropológica é um elemento de suma relevância para o desenvolvimento da filosofia formal da história?

O livro da filosofia.

Publicada originalmente em 1973, o livro *Meta-história*, representa nas palavras do próprio Hayden White “não só uma exposição do desenvolvimento do pensar histórico durante um período específico de sua evolução, mas também uma teoria geral da estrutura daquele modo de pensamento que é chamado de ‘histórico’” (WHITE, 2008, p.17). O “período” que White se refere seria o século XIX, que marca tanto o ápice das filosofias da história quanto o nascimento da ciência histórica (REIS, 1996, p.5-10); A “teoria geral da estrutura” faz referência à sua própria teoria cuja explicação e aplicação se dá em partes distintas no decorrer da obra; a “exposição” que White sinaliza diz respeito ao uso do modelo de argumentação formalista, que, por sua vez, implica critérios de descrição que obedeçam a um fim narrativo formal, mas sem tentar impor qualquer aura de imparcialidade no que se refere a juízos de valor entre qual descrição

elencada seria mais conveniente ou mais correta em relação à outra sobre outro dado destacado previamente (White reflete sobre diferentes níveis de desenvolvimento na reflexão histórica do século XIX). O objetivo de White seria, então, identificar os componentes estruturais dessas descrições advindas de historiadores e filósofos e que caracterizam o pensamento histórico de uma forma geral.

O livro pode ser dividido em cinco partes. Na primeira, onde encontramos o prefácio e a introdução, há um resumo geral da obra explicando sua base teórica e metodológica; Na segunda parte, que funciona também como uma introdução às demais, White explana suas primeiras inquietações referentes à relação que há entre consciência histórica, iluminismo e o filósofo Hegel; na terceira parte, White elenca quatro tipos de realismo presentes na historiografia oitocentista, sendo cada qual relacionado a um historiador do mesmo século (Michelet, Ranke, Tocqueville, Burckhardt); na quarta parte, White identifica o “repúdio ao realismo” a partir de três filósofos da história do século XIX (Marx, Nietzsche e Croce). Na quinta parte, temos a conclusão sintética do que foi analisado.

Na obra, Hayden White alega que no final do século XVIII e início do XIX há diversas tentativas de sanar a crise do iluminismo, já que os pensadores iluministas assumiram uma “postura irônica” em relação à história por não conseguirem defender racionalmente o alcance do conhecimento e da verdade histórica. Esta ironia era verificada a partir dos ceticismos e relativismo de autores como Kant, Gibbon, Voltaire e foi combatida, de forma mais acentuada, por Hegel, quando este propôs uma leitura racional da história em perspectiva sinedóquica e não mais irônica. Dessa forma, o repúdio a ironia pôde proporcionar o florescimento e o desenvolvimento da historiografia do século XIX em uma nova autoconsciência racional: buscava-se a objetividade e o realismo. Contudo, o realismo iluminista não era considerado totalmente apropriado entre os historiadores especializados da época tais como Michelet, Ranke, Tocqueville e Burckhardt sendo estes propositores de novas formas de realismo histórico. White sinaliza que há uma escala de desenvolvimento entre estes quatro historiadores sendo que cada um destes prefigurou um realismo histórico em campos metafóricos, metonímicos, sinedóquicos e irônicos, respectivamente.

White conta ainda que a discussão histórica entre os filósofos do século XIX também obedeceu a uma escala de desenvolvimento começando com Hegel, que serviu como divisor de águas tanto para filósofos quanto para os historiadores do período (por isso o capítulo que aborda Hegel antecede os demais), perpassando Marx, Nietzsche e Croce. É interessante observar que enquanto estes três últimos elaboraram suas filosofias em detrimento dos imperativos filosóficos hegelianos, os historiadores procuraram se desvencilhar do engessamento que as preconcepções de Hegel ocasionavam à questão da metodologia e da interpretação das fontes. A conclusão que White deduz é que ao final do século XIX, as reflexões históricas terminam com o prevalecimento de um campo irônico semelhante ao que havia começado.

A filosofia contida no livro.

Para entender como Hayden White concebeu os discursos historiográficos a partir de bases que correspondem a convenções verbais da linguagem tais como a reflexão irônica que, segundo ele, prevalece tanto no início do século XIX quanto ao final deste, é necessário perceber que, para White, a base da coerência e da consistência de uma obra histórica é de natureza poética e especificamente linguística, já que, para o historiador norte americano, a narrativa histórica é “uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa” (WHITE, 2008, p.11). Dessa forma, história é narrativa, e a narração, como um ato linguístico, obedece a protocolos linguísticos para a produção de sentido. Partindo deste pressuposto, White verificou que não apenas os cânones de historiadores e filósofos do século XIX, mas qualquer texto historiográfico compartilha potenciais similaridades com a obra de romancistas e literatos a partir da verificação dos componentes tropológicos que organizam sua estrutura narrativa em diversos níveis. Isto não significa que a narrativa ficcional compartilhe dos mesmos fins ou que esteja no mesmo patamar cognitivo da narrativa histórica, mas que esta, em nível de validação epistemológica, pode vir a ser tão incompleta quanto a outra. Ou seja, para White, a história não é o próprio passado, mas um problemático e incompleto discurso acerca do passado.

O conceito de discurso é central na teoria de H. White na medida em que este desvia a atenção de processos de coleta de documentação, ou da pura reflexão metodológica sobre as fontes históricas, e para o escopo de suas análises, enfatiza os

aspectos tropológicos, estéticos, argumentativos e ideológicos que são encontrados no discurso historiográfico.

O discurso, em qualquer nível, é composto de linguagem. E a linguagem, apesar de uma essencial mediadora na captação de significados, também promove desvios de sentido na apreensão dos dados do mundo. Tratar a história como uma forma de discurso (tal como White) faz decorrer os problemas acerca do conhecimento histórico no alcance de sua potencialidade explicativa sobre a realidade do passado humano. White elucida que além de buscar preencher as lacunas que existem entre o fenômeno de observação e a descrição deste fenômeno, o discurso historiográfico disserta sobre possíveis conjuntos de relações com os quais o contorno desses acontecimentos pode ser demonstrado. Como exemplo disto, White ilustra uma cadeia de eventos em uma sequência cronológica hipotética:

(1) a, b, c, d, e ..., n.

Sem modificar o arranjo cronológico, tal cadeia de eventos pode ser estruturada de diversas maneiras conforme a variedade de modos de explicação que existem à disposição do historiador. Em cada nova estruturação há um diferente deslocamento de ênfase e uma posterior produção de sentido distinta. Como exemplificado:

(2) A, b, c, d, e ..., n

(3) a, B, c, d, e ..., n

(4) a, b, C, d, e ..., n

(5) a, b, c, D, e ..., n

Cada letra maiúscula representa o “status privilegiado dado a certos eventos ou conjuntos de eventos na série pelo qual são dotados de força explicativa” (WHITE, 1994, p. 109). Esse conjunto de relações não é inerente aos próprios acontecimentos (interpretados através dos vestígios do passado, que, por diversos fatores, se encontram no tempo presente do historiador), mas fazem parte das estratégias de linguagem que os historiadores compartilham com os filósofos da história e até com romancistas

ficcionais. White observa que tais estratégias são convenções da linguagem figurativa da qual os historiadores se apropriam para configurar o discurso historiográfico⁵⁴.

As convenções de linguagem figurativa que existem à disposição do historiador não são infinitas, acredita White, porém, as mais comuns constituem, ao todo, dezesseis tipos e que podem ser desdobrar em quatro dimensões: três destas estão relacionadas aos três “modos de explicação” (no qual, em cada há quatro desdobramentos) e uma, que antecede as demais e as orienta em seu nível mais fundamental, está relacionada com os quatro “tropos dominantes”.

Nos modos de explicação, encontramos primeiro a dimensão propriamente estética do discurso historiográfico traduzida na “explicação por elaboração de enredo”, cuja função é prover o sentido de uma história através da identificação da modalidade de história que foi contada. White lista quatro convenções de linguagem figurativa mais comum à elaboração de enredo: **estória romanesca** (caracterizada pela auto-identificação com imagem do herói; traz uma perspectiva otimista de mudança do mundo), **comédia** (também apresenta uma perspectiva otimista a partir de uma inesperada reconciliação entre os homens e um temporário triunfo do herói), **tragédia** (o herói da narrativa é derrotado, mas isso não implica que os demais sobreviventes experimentem o mesmo fim. Contudo, tem-se a ideia de que os homens não são capazes de mudar a realidade em que estão inseridos) e **sátira** (caracterizada pela potencialização do gênero trágico. Não há possibilidades de vitória para o herói e nem perspectiva de conciliação entre os homens).

No segundo modo, encontramos a “explicação por argumentação formal”, que abriga a dimensão retórica da teoria do discurso historiográfico, sendo responsável por inserir argumentos que obedeçam a princípios de combinação metodológica à história e é representada pelos modelos **formista** (esta pode ser encontrada em qualquer historiografia em que há descrição de variedade do campo histórico⁵⁵ que é tomado

⁵⁴ A linguagem figurativa faz contraponto à linguagem técnica, sendo esta utilizada por químicos e físicos e “familiarizadoras apenas para aqueles que foram instruídos em seu uso e apenas quanto àqueles conjuntos de eventos que os profissionais de uma disciplina concordaram em descrever numa terminologia uniforme” (WHITE, 1994, p. 111).

⁵⁵ O termo “campo histórico” é outro dos conceitos que White se apropria de Kenneth Burke (1945). Para entender o campo histórico seria necessário fazer cinco questionamentos a partir das fontes disponíveis ao historiador: 1) o que foi feito; 2) quando e onde foi feito; 3) quem fez isto; 4) Como ele fez isto; 5) Por que ele fez isto. Cada uma das perguntas correspondem a outros cinco elementos elementares em

como objeto central, já que é mais dispersiva em sua análise, visando identificação de caracteres singulares dos objetos de análise, ocasionando certa carência de precisão conceitual), **mecanicista** (menos dispersivo que o modelo formalista, o modo mecanicista se interessa em descrever pormenores no campo histórico como componentes de processos sintéticos), **organicista** (neste modo há busca e aplicação de leis causais que determinam fenômenos e resultados de processos descobertos no campo, além de uma enorme precisão conceitual, contudo, está exposta a acusação de pouca abstração no alcance explicativo) e, por fim, há o modo **contextualista** (os eventos são explicados a partir de sua exposição dentro dos contextos de ocorrência o que, de certa forma, é uma alternativa que busca balancear a abstração e a dispersão).

No terceiro modo, temos a “explicação por implicação ideológica”, abrangendo a dimensão ética da teoria de White e consistindo no acompanhamento das convenções figurativas à utilização de perspectivas ideológicas que, por sua vez, desenvolvem argumentos úteis à tradução do mundo por interesses coletivos diversos que podem sinalizar anseios de mudanças ou de permanências nas esferas da sociedade. Os quatro modos de explicação por implicação ideológica são, portanto, o **anarquismo** (que anseia uma profunda e rápida mudança estrutural no *status quo* social, para que, o coletivo se apegue à inspiração de tradições mais remotas e negue a sociedade moderna), o **radical** (semelhante ao anarquismo, no que se refere à consciência da necessidade de mudanças profundas na sociedade, o radical, contudo, tem uma inclinação menos romântica e pretende reconstruir a sociedade em novas bases), o **liberal** (mais moderado que os dois anteriores, o liberal tende a preferir ajustes estratégicos nas esferas da sociedade e não rupturas profundas), e por fim, o **conservador** (caracterizado pela desconfiança sobre os anseios de mudança social, tende a conceber o lento desenrolar dos acontecimentos como naturais e inerentes a evolução histórica).

Dessa forma, o modo de explicação por elaboração de enredo, o modo de explicação por argumentação formal e o modo de explicação por implicação ideológica podem ser exemplificados em um quadro conceitual como o mostrado abaixo:

qualquer narrativa histórica: 1) ato; 2) cena; 3) agente; 4) ação; 5) propósito. A consciência de um campo histórico antecipa a análise metodológica e a configuração do texto histórico, portanto, ele só recebe a devida concretude quando alinhado a organização trópica e aos modos de explicação.

Modo de elaboração de enredo	Modo de argumentação	Modo de implicação ideológica
Romanesco	Formista	Anarquista
Trágico	Organicista	Radical
Cômico	Mecanicista	Conservador
Satírico	Contextualista	Liberal

Figura 01: Estruturação do discurso historiográfico em três níveis. **Fonte:** WHITE, 2008, p.44.

A confirmação destas convenções pressupõe, para White, a existência de outra coluna na tabela, que antecede as demais. Tal coluna seria a estrutura mais profunda do discurso historiográfico sendo representada por quatro tropos verbais que determinam todos os modos de explicação desde o nível basilar: metáfora, metonímia, sinédoque, ironia. Tais tropos seriam responsáveis por organizar o discurso historiográfico sintetizando forma e conteúdo em uma única estrutura formal. Dessa forma, White busca refutar a tradicional ideia de que a formatação da narrativa histórica seria definida obrigatoriamente pelas fontes históricas, ao mostrar que mesmo antes da escolha das fontes o historiador já opera uma racionalização tropológica que irá caracterizar, organizar e explicar o discurso historiográfico. A filosofia formal de White é desenvolvida a partir da proposição de uma teoria tropológica, sendo ela mesma a reflexão filosófica. Cada um dos quatro tropos é composto por elementos diferentes e gerencia funções igualmente diferentes.

A **metáfora**, sendo de caráter representacional, funciona como uma organização comparada entre fenômenos, eventos, características ou valores identificados como distantes e/ou distintos entre si no curso temporal da trajetória humana. Dessa forma, “os fenômenos podem ser caracterizados em função de sua semelhança ou diferença com um outro” (WHITE, 2008, p.48). Segundo White, os demais tropos seriam formas de metáfora que diferem entre si nos tipos de reduções ou integrações que efetuam no nível literal de suas significações e pelos tipos de iluminações que tem em mira no nível figurado. Pode-se exemplificar a metáfora na famosa citação que dá início ao *Manifesto do Partido Comunista*, de Karl Marx, “Um espectro ronda a Europa: o espectro do comunismo” (MARX; ENGELS, 2008, p. 7). Dentre as possíveis formas de

interpretação acerca da citação, o comunismo é identificado como um espectro porque, enquanto uma ideia, o alcance de seu compartilhamento e adesão pela Europa foi amplamente propagado e cujos meios de dispersão de sua ideologia chegaram a ser intangíveis pelos opositores (“o papa e o tsar, Metternich e Guizot, radicais franceses, policiais alemães.”). Tal como um espectro (um fantasma) tende a se deslocar transpondo qualquer superfície sólida o que possibilita um alto nível de alcance locomotivo (obviamente estamos nos referindo a uma característica básica que o conceito de fantasma agrega no imaginário dos mitos e das lendas ocidentais). Dessa forma, uma relação de comparação em nível figurado foi estabelecida configurando uma operação metafórica entre os conceitos de comunismo e espectro⁵⁶. A metáfora flerta com o modo de argumentação formista e concebe a prefiguração do mundo da experiência na relação objeto-objeto.

Na **metonímia**, seu caráter reducionista implica que nas relações existentes entre determinados fenômenos há efetuação de uma redução de uma das partes à condição e um aspecto ou função da outra. Ou seja, o aspecto representativo identificado entre os dados de um fenômeno, por exemplo, é subvertido pela redução de um desses dados pelas características do outro (agente ou causas de um fenômeno reduzido por aspectos característicos de atos ou efeitos do mesmo fenômeno). Pelo tropo metonímico, portanto, pode-se afirmar “uma diferença entre fenômenos interpretada à maneira de relações parte-parte” (WHITE, 2008, p.48). Podemos exemplificar a aplicação do tropo com uma expressão do gênero “duzentas cabeças de boi” quando, na verdade, significa “duzentos animais bovinos” (não necessariamente bois, mas a expressão implica também vacas, etc.). A expressão é utilizada em contagem de animais bovinos onde os animais tem a totalidade de sua representância reduzida à “cabeça”. A metonímia flerta com o modo de argumentação mecanicista e concebe a prefiguração do mundo da experiência na relação parte-parte.

A **sinédoque**, de caráter integrativo, consegue agregar as duas partes de um determinado fenômeno dentro de um todo qualitativamente diferente da soma das partes sendo estas “réplicas microcósmicas”. Ou seja, a sinédoque trabalha figuradamente para

⁵⁶ Apesar da citação que destacamos indicar uma operação metafórica, a narrativa de Karl Marx, como um todo, segue uma modalidade de elaboração de enredo cujo tropo de orientação é metonímico, como explicaremos mais adiante aos explicarmos o que White chama de “estilo historiográfico”.

indicar um processo de integração entre um macrocosmo e um microcosmo. Para exemplificar, White usa a expressão “Ele é todo coração”, no qual, se lido metonimicamente enfatiza a importância que a função do coração detém para o funcionamento do organismo do indivíduo (mesmo que subentendendo de forma figurada), portanto há uma redução. Mas, se lido pelo tropo sinedóquico, a expressão acaba sugerindo uma relação integrativa entre as partes na qual há uma combinação de valores e atributos que são de natureza qualitativa contando com a participação de todas as partes. A sinédoque flerta com o modo de argumentação organicista e concebe a prefiguração do mundo da experiência na relação objeto-todo.

As três convenções de linguagem expressas em “tropos verbais mestres” exemplificados até aqui são denominados, por White, como “tropos ingênuos” já que só conseguem operar a partir de níveis essencialmente figurativos e que não alcançam nenhum tipo de não-anulação verbal. O tropo que foge à regra seria a **ironia**, o tropo autoconsciente, no qual, em seu uso, o autor sinaliza de antemão uma descrença real ou fingida na verdade de seus próprios enunciados. Dessa forma, qualquer uma das afirmações metafóricas, metonímicas ou sinedóquicas podem ser irônicas desde que a intenção do autor seja afirmar o contrário do que está admitindo no contexto da frase.

O alvo do enunciado irônico é afirmar tacitamente a negação do que no nível literal é afirmado positivamente, ou o inverso. Pressupõe que o leitor ou o ouvinte já conhece, ou é capaz de reconhecer, a absurdez da caracterização da coisa designada na metáfora, na metonímia ou na sinédoque usada para lhe dar forma. Assim, a expressão “Ele é todo coração” se torna irônica quando proferida num certo tom de voz ou um contexto em que a pessoa designada obviamente não possui as qualidades que lhe são atribuídas pelo uso dessa sinédoque. (WHITE, 2008, p. 51).

Com a organização trópica, White supõe expor o solo linguístico em que se constitui uma determinada ideia de história além de buscar estabelecer a natureza inelutavelmente poética do trabalho histórico e especificar o elemento prefigurativo num relato histórico por meio do qual seus conceitos teóricos foram tacitamente sancionados. Portanto, a função trópica não é meramente ornamental, mas essencialmente organizacional na captação e interpretação dos dados do mundo, na constituição do campo histórico e dos modos de explicação, já o tropo é manifestado desde o estágio extra-epistemológico da pesquisa histórica perpassando pela etapa da formatação historiográfica e sendo um componente essencial na produção de sentido.

Na tabela dos modos de explicação de Hayden White, a coluna dos tropos verbais seria arranjada na seguinte forma:

Tropo	Modo de elaboração de enredo	Modo de argumentação	Modo de implicação ideológica
Metáfora	Romanesco	Formista	Anarquista
Metonímia	Trágico	Organicista	Radical
Sinédoque	Cômico	Mecanicista	Conservador
Ironia	Satírico	Contextualista	Liberal

Figura 06: Estruturação do discurso historiográfico com adição da coluna representativa dos “tropos verbais”. **Fonte:** WHITE, 2008, p. 13-14.

Podemos perceber que, na reflexão formal de Hayden White, a produção de sentido oriundo do discurso historiográfico é mediada por quatro níveis, sendo o primeiro essencialmente tropológico, seguido dos níveis estético, retórico (ou cognitivo) e ético (ou ideológico). A combinação feita a partir de uma de cada convenção de linguagem oriunda dos quatro níveis dá origem ao que Hayden White denominou de “estilo historiográfico” e este, por sua vez, seria o grande responsável por conferir a validade epistemológica da história. Ou seja, o historiador, que detém determinado estilo historiográfico (tendo ele consciência disto ou não), constrói sentido histórico pela construção do discurso historiográfico. E este, traduz-se em uma tessitura narrativa significativamente verossímil à experiência humana do tempo passado.

O reconhecimento do discurso historiográfico como uma construção que “substitui” o (irrecuperável) passado, cujas bases são conferidas a partir de atributos poéticos e operações figurativas, livraria a história do “fardo” e os riscos que a ideia de um saber irrefutável poderia ocasionar. Afinal, se as histórias são construções que fornecem um acesso parcial ao passado, e não a própria transfiguração do ontem no hoje, pode-se utilizar sempre diferentes estilos historiográficos para construir novos discursos historiográficos com significações distintas de acordo com os anseios do presente. No nível ético, isto livraria a história das tentativas de monopolização ideológica que muitas vezes busca legitimar práticas antidemocráticas a partir da suposição de um único viés revelador da “verdade oculta” do passado. No nível

cognitivo, isto abre um leque de possibilidades de instrumentalização das operações teóricas e práticas para que uma mesma experiência pretérita tenha um novo significado ao presente. No nível estético, isto possibilitaria com que a narrativa histórica obtivesse ou a fluidez ou a formalidade que se convencionou obter a partir das escolhas do historiador com a sua produção e que se supõe uma facilidade no processo de tornar familiar ao leitor certo conjunto de dados antes estranhos a ele.

Na filosofia formal de White, os estilos historiográficos confirmam o estatuto retórico da reflexão histórica⁵⁷ e, por mais que as formas de combinação que as derivam sejam diversas, há estilos historiográficos mais comuns (cujo modo de combinação agrega certas convenções da linguagem figurativa mais convencionais entre si) e que foram identificados nos historiadores e filósofos oitocentistas.

Dessa forma, seguindo a mesma ordem de White, temos primeiro o filósofo G.W.F. Hegel, que na trajetória de suas reflexões histórico-filosóficas, agrupou estratégias sinedóquicas em um enquadramento⁵⁸ tragicômico (há momentos no qual a convenção figurativa trágica se sobressai, e outros momentos no qual a convenção cômica é mais enfática), a partir de uma argumentação organicista e sob uma implicação ideológica conservadora.

A partir de então temos os historiadores. Jules Michelet foi identificado, em seu estilo historiográfico a partir do uso do tropo metafórico, o enquadramento romanesco, o argumento formista e a implicação ideológica anarquista; Leopold Von Ranke, por sua vez, serviu-se do tropo sinedóquico, para elaborar um enquadramento cômico, um método organicista, sob uma implicação ideológica conservadora; Alexis de Tocqueville, todavia, agrega um dos mais complexos estilos historiográficos: prefigurou um tropo irônico e um enquadramento romanesco, mas também serviu-se do tropo metonímico para formular um enquadramento trágico, buscando um meio termo entre os argumentos formista e mecanicista e uma implicação ideológica que ora tende ao

⁵⁷ A obra dos filósofos da história é inegavelmente diferente da obra dos historiadores especializados, contudo, por mais que estas duas classes intelectuais tenham particularidades que permitam a identificação de determinados desvios de pressupostos, de interesse e de conclusão, ambos, em suas obras, realizaram reflexões históricas e é isto que White leva em consideração ao escolher analisar a estrutura do discurso de ambos os grupos (WHITE, 2008, p. 20).

⁵⁸ “Enquadramento” é o termo usado por Alun Munslow (2009) e que equivale ao “*emplotment*” de Hayden White. Ou seja, o enquadramento, na tabela da estruturação dos componentes do discurso historiográfico, corresponderia à coluna com os modos de elaboração de enredo, cujas convenções de linguagem figuradas são os modos romanesco, trágico, cômico e satírico.

liberalismo, ora tende ao conservadorismo; Jacob Buckhardt, o últimos dos historiadores analisados por White, prefigurou um campo irônico seguido de um enquadramento satírico, um modo de argumentação contextualista, a partir de uma implicação ideológica liberal.

Se os estilos historiográficos dos historiadores oitocentistas propagaram novos tipos de “realismo histórico”, os filósofos da história, a partir de Hegel, iriam promover o “repúdio ao realismo” das reflexões historiográficas acadêmicas. Nessa perspectiva, o primeiro filósofo a ter seu estilo historiográfico a ser explicado seria Karl Marx, que apreendeu o campo histórico inicialmente como metafórico, perpassando pelo tropo metonímico e assentando linguisticamente seu enredo no modo sinedóquico. O filósofo alemão narrou a história como tragédia para depois apreendê-la como sinédoque e finalmente, como comédia. Marx também utilizou tanto o argumento mecanicista para explicar o elemento infra-estrutural da sociedade quanto também formulou uma argumentação de caráter organicista para explicar o elemento superestrutural daquela. A implicação ideológica de Marx é identificada, por White, como radical.

No pensamento de Marx o problema da história girava em torno do problema do *modo de explicação* a empregar na caracterização de suas estruturas e processos. Isso se harmonizava com a sua concepção de história como ciência. Já no pensamento de Nietzsche o problema cifrava-se no modo de elaboração de enredo a escolher para a explanação criativa de um campo fenomenal que parecia não ser governado lei alguma. (WHITE, 2008, p. 289).

Ao analisar Friedrich Nietzsche, White sinaliza que para este, o movimento dos tropos irônico, metonímico e sinedóquico impede o homem de agir no mundo, lembrando-o de sua escravização em relação ao seu passado. Por isso, sua utilização tropológica obedece a operações essencialmente metafóricas com uma elaboração de enredo tragicômica. No entanto, a metáfora acaba por deixar cada vez mais opaco os demais modos de enquadramento, argumentação e implicação ideológica.

[...] a historiografia metafórica é o meio pelo qual são abolidas as regras convencionais de explicação histórica e elaboração de enredo. Só elementos lexicais do campo permanecem [...] A dissolução da noção de uma semântica da história é, ao mesmo tempo, a dissolução do sonho de um método pelo qual a história em geral pode ser suprida com algum sentido. (WHITE, 2008, p. 280).

Dessa forma, a representação histórica, em Nietzsche, torna-se cada vez mais “unicamente estória, sem enredo, nem explicação, nem implicação ideológica de

espécie alguma” (WHITE, 2008, p. 208) e o conhecimento histórico, então, é submetido à regra do princípio do prazer, pelo belo e pelo bom, pelo agradável.

Benedetto Croce é o último dos filósofos analisados por White e se diferencia dos demais por tomar o tropo irônico como primazia em sua reflexão histórica. Apesar de Hayden White reconhecer que toda reflexão histórica necessita de uma postura irônica inicial na crítica dos documentos, a ironia de Croce é diferente por ser estendida de forma singular através de todos os níveis estruturais do seu discurso em um argumento organicista e com uma implicação ideológica de extrema opacidade já que, no “discurso croceano”, não há o interesse em legitimar práticas sociais no tempo presente, apesar do italiano tecer críticas aos filósofos da história, por estes terem pouco senso histórico ao passo em que também criticava os historiadores oitocentistas por sua carência de entendimento filosófico. White chega a elencar Croce como “o mais talentoso *historiador* de todos os filósofos da história do século.” (WHITE, 2008, p. 386).

Considerações finais.

A filosofia formal da história, de Hayden White, não raramente é interpretada como uma extensão potencializada da virada linguística no âmbito dos estudos históricos porque White expõe o solo linguístico e figurativo do qual a história, enquanto discurso se apoia. Tal consciência fora recebida, por historiadores especializados que entendiam a história como um tipo de ciência empírica, como uma perigosa articulação teórica que aproximaria a narrativa histórica da narrativa ficcional já que a história seria uma espécie de “ficção verbal”, um modelo diferenciado de literatura e não uma modalidade de ciência cuja forma/conteúdo, ou seja, a representação do passado humano no plano narrativo é dotada de uma “inexpugnável relatividade.” (WHITE apud MALERBA, 2006, p. 191). Contudo, o que podemos constatar é que, pelo viés da reflexão de White, uma aproximação entre a narrativa histórica e a narrativa literária por excelência sempre existiu tanto em nível de emprego topológico quanto nos níveis estético, retórico e ético (mesmo que o despertar da consciência dessa aproximação entre ambas as narrativas nunca tenha tido o devido estímulo em “escolas” historiográficas que concebiam a história como tendo uma plena

correspondência entre palavras e mundo, com a objetividade que se requer de uma ciência e não de um projeto artístico-literário) e sua existência continuaria sendo perpetuada independente da intervenção de White, já que eles (os discursos do historiador, do filósofo e do literato) operam, nos níveis fundamentais de cada, a partir dos mesmos protocolos gramaticais, semânticos e sintáticos.

Se, na segunda metade do século XX, uma crise da historiografia se desenvolveu, em grande parte, com preocupações derivadas desse reconhecimento da aproximação entre as obras de escritores ficcionais e historiadores, por que não reconhecer de vez o uso de ferramentas tropológicas que podem ser conscientemente instrumentalizadas para um maior e melhor desenvolvimento dos discursos historiográficos já que White demonstrou que qualquer um dos tropos detém igual poder de iluminação para construir narrativas que se consubstanciam em formas de conhecimento com certo grau de realismo e verossimilhança acerca do mundo? As possíveis prováveis respostas negativas que podem recair sobre a proposta contida na pergunta sinalizam a existência de incompletudes que a filosofia formal de White não conseguiu sanar e que Jörn Rüsen, no desenvolvimento de seu próprio sistema filosófico, argumenta possíveis soluções⁵⁹.

Em suma, a teoria tropológica de White marca fortes elementos constitutivos de uma filosofia formal da história, sendo o “estilo historiográfico” o grande responsável por uma validação epistemológica cuja inerente incompletude pode se mostrar positiva para a história. Em seu imperativo abstrato, se desenvolve a mais notável teoria estruturante do discurso historiográfico da segunda metade do século XX e que forneceu o aporte teórico mais preciso à discussão sistemática sobre a incompletude epistemológica da ciência história (já que o historiador não narra o passado em si, mas serve-se de representações-fontes para elaborar representações-narrativas verossímeis ao que ocorreu no tempo passado).

⁵⁹ Os três livros que compõe a “Teoria da Ciência da História” desenvolvida ao longo da década de 1980 marca o esforço de Jörn Rüsen em sistematizar o que anos mais tarde o próprio classificaria como uma “teoria funcional da história” incorporando em si componentes da filosofia material e da filosofia formal da história.

Referências bibliográficas:

BERBERT JUNIOR, Carlos Oiti. **A história, a retórica e a crise dos paradigmas**. 2ª ed. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2017.

BURKE, Kenneth. **A Grammar of Motives**. Prentice-Hall, Inc. New York: 1945.

DROYSEN, Johann Gustav. **Manual de Teoria da História**. Trad. Sara Baldus, Julio Bentivoglio; apresentação e notas: Julio Bentivoglio. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Rev. Miguel Cavalcanti Yoshida, Geraldo Martins e Azevedo Filho e Ricardo do Nascimento Barreiros. 1ª ed. SP: Expressão Popular, 2008.

MUNSLOW, Alun. **Desconstruindo a História**. Trad. Renata Gaspar Nascimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

REIS, José Carlos. **A História, entre a Filosofia e a Ciência**. SP: Editora Ática S.A., 1996.

RÜSEN, Jörn. Senso e contrassenso na História: reflexão sobre o perfil de uma filosofia da História. Trad. Estevão de Rezende Martins. **Intelligere, Revista de História Intelectual**, vol. 3, nº2, p.1-12, 2017.

WHITE, Hayden. *Enredo e verdade na escrita da história*. In: MALERBA, Jurandir. **A História Escrita: teoria e história da historiografia**. SP: Contexto, 2006.

_____. **Meta-história: a imaginação histórica do século XIX**. Tradução de José Laurênio de Melo. 2ª Ed. 1ª reimpressão. SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **Trópicos do Discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. Ensaio de cultura vol. 6. SP: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.